

Defensoria Pública quer tombamento do Célio de Barros e do Júlio Delamare

Estádio de Atletismo e parque aquático estão ameaçados de demolição no processo de concessão do Maracanã

RIO - A Defensoria Pública da União no Rio (DPU-RJ) informou que vai ingressar até quarta-feira com ação civil pública pedindo o tombamento federal do estádio de atletismo Célio de Barros e do parque aquático Júlio Delamare, ameaçados de demolição no processo de concessão do Maracanã à iniciativa privada. Parceiro histórico do Carlos Arthur Nuzman, o presidente da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos, Coaracy Nunes, reclamou de omissão do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

"O COB nos ignorou. Tinha a obrigação de nos dar apoio, mas não deu - pelo contrário", disse Nunes, há 25 anos à frente da CBDA (Nuzman preside o COB há 18). O dirigente da CBDA participou ontem no Rio de audiência pública realizada pela DPU-RJ para debater as demolições. Presidente da Federação de Atletismo do Rio, Carlos Lancetta endossou as críticas ao COB. "É o nosso representante e está sendo completamente omisso".

Em nota, o COB informou que não é o responsável pelas obras, "mas entende o contexto maior de transformação que o Rio está vivenciando em função da realização da Copa e dos Jogos Olímpicos". "O COB está atento à questão (das demolições) e buscando alternativas para o treinamento dos atletas de alto rendimento destas modalidades. Entre as alternativas estão o treinamento em outras instalações do Rio, outros estados e, em alguns casos, no exterior".

Atleta de saltos ornamentais, Mônica do Amaral, de 19 anos, chorou ao falar sobre a demolição do Delamare. "Quando foi anunciado que os Jogos seriam aqui, ficamos cheias de esperança. Agora, não sabemos onde iremos treinar. Estamos um passo atrás do que estávamos", disse Mônica, que começou a frequentar o parque aquático ainda criança, em 2000.

Atletas das seleções de saltos e nado sincronizado estiveram na audiência, além de jovens que treinavam no Célio de Barros e tiveram de sair (a maioria para o Engenheiro) e a viúva do jornalista Júlio Delamare, dona Míriam, de 81 anos. "Mais do que a preservação da memória dele, faço muita questão do respeito aos atletas que treinam ali, com muitas crianças das comunidades do entorno", disse.

O presidente da Federação de Atletismo contou que, na sexta-feira, a torre de controle de competição do estádio de atletismo com demolido. "Não nos avisaram nada. Dentro, havia material de escritório, arquivos e mais de mil metros de cabos para cronometragem eletrônica. Ainda não tive tempo de calcular o prejuízo", lamentou. O presidente da CBDA revelou que ontem o gás que aquecia a água da piscina foi cortado. "Temos só o dia de hoje (ontem) para desocupar". A secretaria de Esporte e Lazer do Rio confirmou a desocupação.

PRESERVAÇÃO - O defensor público André Ordagy afirmou que vai pedir na Justiça o tombamento - descrito ontem como "a última chance" de evitar as demolições - porque o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) se negou a fazê-lo. Como o Maracanã é tombado, qualquer intervenção em seu entorno deveria ser autorizada pelo Iphan. E as demolições foram, em 25 de abril.

Uma decisão em primeira instância do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) proibia a derrubada do Delamare, mas esta semana ela foi cassada pela presidente do TJ-RJ, a pedido do governo fluminense.

DIFICULDADES - Cerca de 9 mil crianças e adolescentes treinavam no Delamare, e outras 250 no Célio de Barros, como parte do projeto Rio 2016 do governo do Rio. A maior parte delas, de comunidades ao redor do Maracanã. Agora, as de atletismo têm de treinar no Engenheiro, a 8km de distância. O governo do Rio confirmou ontem que não oferece passagem para o transporte das crianças.

Coordenadora do projeto de atletismo, Edneida Freire disse ontem que as condições no Engenheiro não são as ideais. "Os banheiros ficam muito longe do local de treinamento. Como vou deixar as crianças pequenas irem sozinhas ao banheiro?", indagou. Segundo ela, das 90 crianças com idades entre 5 e 10 anos que treinavam no Célio de Barros, somente 15 foram para o estádio do Botafogo, que atualmente está interditado para jogos. Ainda assim, o governo do Rio informou que "a interdição do local (Célio de Barros) não afetou os alunos de atletismo, que estão treinando normalmente".

Confederação de Ciclismo definiu vencedora de licitação antes de edital, diz TCU

Ao lançar um edital para contratar uma consultoria em ciência do esporte, em 2013, a Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) definiu antecipadamente quem ganharia a concorrência. Fez o mesmo, naquele mesmo ano, ao abrir edital para contratar consultoria jurídica. Os nomes dos futuros vencedores já constavam nas minutas de contrato elaboradas previamente, conforma revela um relatório do Tribunal de Contas da União

ESPORTES » Defensoria Pública quer tombamento do Célio de Barros e do Júlio Delamare

  ENTRAR

Estas informações foram reveladas por auditoria realizada em 2015 pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR), a pedido do TCU. Foi constatado que as contratações da Práxis Consultoria e Informação Desportiva e da Sport Training Consultoria e Eventos "não seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência". A auditoria serviu de base para o relatório do TCU.

"Os nomes das duas empresas convidadas já estavam escritos nas minutas de contrato previamente elaboradas aos respectivos editais", aponta a auditoria. Em seu voto, o relator do processo, o ministro Vital do Rêgo, do TCU, aponta que a Sport Training assinou a minuta de contrato de consultoria em ciência do esporte por R\$ 168 mil, em 18 de janeiro de 2013, três dias antes das outras concorrentes apresentarem suas propostas. A própria vencedora do edital só fez sua proposta em 18 de fevereiro daquele ano.

A Sport Training é representada nos relatórios de prestação de serviço por Antônio Carlos Gomes, superintendente de alto rendimento da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Já o coordenador do trabalho é Francisco Cusco y Florencio, que à época da contratação já era diretor de alto rendimento na CBC.

A auditoria aponta que o relatório anual de atividades da Sport Training inicia com a informação de que o departamento de alto rendimento da CBC teria sido criado por sugestão da Sport Training. O departamento, porém, existia desde 2012, pelo menos, já a cargo de Cusco.

"Assim, os indícios de montagem de licitação teriam por objetivo a contratação de empresa apenas para simular a prestação de serviços que já eram realizados pela diretoria de alto rendimento da CBC. Com isso, fica evidenciada a existência de execução fraudulenta dos recursos envolvidos", aponta a auditoria.

Seria o mesmo caso da contratação da Práxis, que comprovou os serviços realizados apresentando ao TCU troca de e-mails nas quais o presidente da empresa assina na qualidade de "assessor jurídico da CBC". A Lei Agnelo/Piva veta a utilização dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Acolhendo o voto de Rêgo, os ministros do TCU rejeitaram aplicar multa à CBC, por enquanto, esperando a oitiva da entidade, que tem 15 dias para se explicar. Para a Secex-PR, a "responsabilidade pelo débito, correspondente ao valor integral do contrato desnecessariamente firmado, recai solidariamente sobre o presidente da CBC, José Luiz Vasconcellos, e sobre o presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade, Lúcio Orlando Coser, e a empresa contratada".

Uma das concorrentes era a Promo Total, da professora de educação física da prefeitura do Rio Andrea D'Aiuto dos Santos Martins, como professora de educação física do ensino fundamental da prefeitura daquela cidade (peça 111). A empresa tem como atividade econômica "artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente".

A outra, Psisport Consultoria Esportiva, tem como atividade econômica principal "atividades de psicologia e psicanálise" e, como atividades secundárias, acupuntura, nutrição e fisioterapia. "Não há o que se enquadre nos objetivos da contratação, voltada para o treinamento técnico da modalidade de ciclismo, para fins de preparação de atletas para competições nacionais e internacionais", aponta o relatório.

Também chamou a atenção o fato, constante na ata da licitação, de que os concorrentes "entregaram a documentação e se ausentaram". Os auditores acharam curioso que eles não tenham demonstrado interesse em conhecer o resultado da licitação de que participaram.